

Digitizado de
Enviado 10/5/18

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 81ª Reunião Ordinária da CT-RN - 07/03/2018- 9-13 h.

Pontifícia Universidade Católica de Campinas / PUC – Campinas/SP

Membros presentes

Entidade	Representante
AESABESP	Antônio Aparecido Zamprônio (T)
ASSEMAE	Amanda Alves de Lima (T)
	Natália de Freitas Colesanti Perlette (S)
	Marília Abdo Palhares Ensina (S)
Associação Renovar	Rodrigo de Melo Nunes (S)
BRK Ambiental	Sthefany Kuhl de Abreu (S)
	Natália Morgana Rissi
CATI	Henrique Bellinaso (T)
CETESB	Antonio Carlos Bordignon (S)
CODEN	Rean Gustavo Sobrinho (T)
Consórcio Pirai	Francisco Antonio Moschini (T)
Cooperativas Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (S)
DAE Jundiá	Cláudia Debroi de Campos (S)
DAE Santa Bárbara D'Oeste	Mônica Tortelli (T)
DAEE	Arthur Pelegrin (S)
Fundação José Pedro de Oliveira	Cristiano Krepsky (T)
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira (T)
GAEMA Campinas	Rodrigo Sanches Garcia
	Flaviana Maluf de Souza
INEVAT	Cláudia Grabher (T)
	Francisco Antonio Moschini (T)
Instituto de Zootecnia	João José A. de A. Demarchi (T)
IPT	Maria Lúcia Solera (T)
	Keila Karoline M. Marques (S)
P.M. de Campinas	Juliano Braga (T)
P.M. de Campo Limpo Paulista	Maria Karolina da Silva Tamberlini (T)
P.M. de Hortolândia	Paulo José Mancuzo (T)
P.M. de Itatiba	Mônica Del Nero (T)
P.M. de Jaguariúna	Pâmela Bartulic Tieppo (S)
P.M. de Jarinu	Beatriz Alves Bonfim (T)
P.M. de Joanópolis	Mbatuya Medina (T)
P.M. de Nova Odessa	Leôncio Neves Ferreira (S)
P.M. de Salto	Carlos Henrique Russafa Miguel (T)
	Érica Vanessa Maggiorini (S)
P.M. de Sumaré	Alan Lourenção (T)
	Habib Jorge Goaraieb (S)
P.M. de Várzea Paulista	Claudemir Santos Gonçalves (S)
	Rafael Tamberlini (S)
P.M. de Vinhedo	Rosângela A. M. N. Grigoletto (T)
	Maria Doralice R. M. Prebianqui (S)
PUC Campinas	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
SAA	Henrique Bellinaso (T)
SANASA	Amanda Alves de Lima (S)

	Natália de Freitas Colesanti Perlette (T)
	Marília Abdo Palhares Ensina (S)
UNICAMP / FEC	Mariana R. R. dos Santos (S)
SE de Meio Ambiente / CBRN -Campinas	Célia Alves Surita

Membros (Entidades) com justificativa

CDA
P.M. de Cordeirópolis
P.M. de Limeira

Membros (Entidades) Ausentes

CIS - Itu
CIESP - DR Santa Bárbara D'Oeste
Geoblue
IAC - Instituto Agrônômico
IPSA
P.M. de Analândia
P.M. de Itupeva
P.M. de Mairiporã
UNICAMP / FEA
UNICAMP / GEO3

Convidados / Acompanhantes

Entidade	Representante
Agência de Bacias PCJ	Kaique Barreto
	Marina Peres Barbosa
	Leonardo Lucas Baumgartz
	Bruna Caroline Juliani
	Maria Eugênia Martins
Arborea Ambiental	Paulo Sérgio G. Oliveira
COMDEMA Campinas	Cecílio S. Santos
Fundação O Boticário	Thiago Piazzetta Valente
P.M. de Monte Alegre do Sul	Bianca Gonçalves de Souza
	Caio de Queiróz F. Barata
P.M. de Salto	Caio Henrique da Silva
	Bruno H. Pinheiro
WRI	Rafael Feltran Barbieri

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Pré-reunião: A pauta, a convocação da reunião (Ofício CT-RN nº 01/2018) e a minuta da ata referentes à 80ª Reunião Ordinária foram enviados previamente aos presentes por meio de mensagem eletrônica. **2. Abertura da 81ª Reunião Ordinária, Recepção e Coffee-break (item 1 da pauta):** O coffee-break foi oferecido das 9 às 9:30 h. Em

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 81ª Reunião Ordinária da CT-RN - 07/03/2018- 9-13 h.
Pontifícia Universidade Católica de Campinas / PUC – Campinas/SP

seguida o Sr. João Demarchi, coordenador da CT-RN, abriu oficialmente a reunião às 9:30 h, dando boas vindas a todos os presentes e passando a palavra para a anfitriã Luiza Ishikawa (PUC Campinas) para explanação institucional e boas vindas, que aproveitou para incentivar os presentes a conhecerem mais profundamente a sua instituição. O Coordenador João Demarchi (IZ/APTA /SAA) salientou a importância da próxima reunião do GT-Mananciais que ocorrerá na forma de Workshop visando esclarecer para os municípios interessados na Política de Mananciais o Edital 2018 onde serão disponibilizados mais de 7 milhões de reais para recuperação dos mananciais de abastecimento público prioritários. **3. Secretaria – Informes Gerais (item 2 da pauta): Aprovação da Ata:** A minuta da ata foi apresentada e colocada em discussão, sendo aprovada apenas com a abstenção do representante da CETESB Antonio Carlos Bordignon; **Informes:** O Sr. João Demarchi discorreu também sobre diversos assuntos e informações conforme descritos a seguir: **Anexo 1** - Indicação CT-RN para curso de pós-graduação EEP/FUMEP - Gerenciamento Recursos Hídricos - indicado o Sr. Fábio Luiz Cassiano (PM de Cordeirópolis); **Anexo 2** - Carta de Piracaba (manifesto do Consórcio PCJ) - Leitura e explanação feita pelo Sr. Petrus (Cooperativas de Holambra); **Anexo 3** - Parecer Técnico DAEE sobre APA Jundiá (PL 212 de 2017 que visa alterar a Lei 4.095 12/06/194) - atualizadas as informações sobre esse processo; **Anexo 4** - Folder da Política de Mananciais; **Anexo 5** - Carta INEVAT para a diretoria da FEENA sobre conservação insuficiente do Horto Florestal; **Anexo 6** - Dissertação Mestrado UNICAMP Prof. Ortega sobre Balanço "Emergético" em propriedades rurais da região das nascentes do Rio Piracicaba; **Anexo 7** - Dissertação de mestrado da ESALQ /USP sobre efeito da assistência técnica na geração de renda de produtores de leite e preservação ambiental em bacias hidrográficas de Extrema - MG; **Anexo 8** - Convite CT-OL para apresentação da Política de Mananciais / Plano Diretor Florestal e discussão sobre outorgas e licenciamento ambiental (2 de março de 2018); **Anexo 9** - Ofício CT-RN 08/2017 - tréplica sobre TR-Florestal e os problemas verificados; **Anexo 10** - Programação do 1º Workshop da Política de Mananciais - Edital 2018; **Anexo 11** - Curso de Especialização em Gestão Recursos Hídricos e Gerenciamento de Áreas Contaminadas (CEA/UNESP) - interessados devem fazer manifestação de interesse até 07/março/2018; **Anexo 12** - 4º Seminário de Saúde Ambiental / 2º Capacitação em Segurança da Água (coordenação e realização da CT-SAM); **Anexo 13** - Ofício nº 31/2018 referente a audiência pública sobre PLC nº 15/2017 - Operação Urbana Consorciada Corumbataí de Piracicaba - enviado pela Vereadora Nancy Thame; **Anexo 14** - E-mail

com link para disponibilizar duas publicações do IPEF sobre o Código Florestal e a Recuperação de Mata Nativa direcionado aos produtores rurais; **Anexo 15** - Informativo dos Comitês PCJ sobre novo E-book: Uso da Água na Agricultura - Captação de Água, Destinação de Efluentes e Legislação; **Anexo 16** - E-mails dos contatos com a SMA (Sandra Jules Gomes da Silva) sobre APRM (Programa III da Política de Mananciais). Sobre os informes feitos, alguns comentários surgiram em sequência: entendimento do DAE de Jundiá (Sra. Cláudia), dando a entender que as alterações na APA de Jundiá foram retiradas de tramitação pelo proponente, fato este contestado pelo Ministério Público (Dr. Rodrigo e Dra. Flaviana). Levantada a hipótese da CT-RN oficiar o Conselho da APA e outros órgãos envolvidos para levantamento de informações atualizadas sobre este assunto. A Sra. Cláudia Grabher (INEVAT) sugeriu que seja feito um convite ao Prof. Dr. Ortega (UNICAMP) após a apresentação da sua orientada para a respectiva banca (Análise Emergética da Região das Nascentes do Rio Piracicaba: Uma Contribuição). Da mesma forma a dissertação orientada pelo Prof. Dr. Fernando Mendonça (ESALQ/USP) sobre trabalho que mostra que mesmo com 70% da "perda" de área dos proprietários rurais devido ao atendimento às leis ambientais, aplicando-se técnicas de campo tendo como modelo o Programa Balde Cheio, o proprietário tem ganhos de produção e melhora das condições socioeconômicas da propriedade (bom exemplo de conciliação entre conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico dos produtores rurais). O Sr. Luiz Sertório (FF/SMA) afirmou que com o ganho do ICMS dá para contratar profissional de extensão rural para melhorar a produtividade e compensar a "perda" da área por matas nativas. Sobre o Convite da CT-OL para apresentação da Política de Mananciais nesta respectiva câmara técnica foi comunicado pelo coordenador João Demarchi (IZ) que o convite foi postergado para abril. Um dos assuntos de interesse comum dessa apresentação é a outorga coletiva. A Sra. Claudia Grabher explicou sobre a capacitação do Plano Diretor de Florestas aos municípios e a Srta. Marina (Agência de Bacias PCJ) explicou que o Plano de Bacias está ocorrendo de forma paralela ao Plano Diretor de Florestas e que está sendo montado um calendário para a elaboração do caderno temático de florestas e uso e ocupação do solo do Plano de Bacias. As CT-RN e a CT-Rural vão trabalhar em conjunto para este caderno. O Sr. João Demarchi explicou que Termo de Referência (TR) da contratação do Plano Florestal teve algumas lacunas (vícios de elaboração e validação de uma metodologia nova) e está difícil harmonizar os resultados com a qualidade inicialmente desejada, do Plano Florestal com o Plano de Bacias. O Sr. João Demarchi conversou com a Sra. Sandra Jules Gomes da Silva

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 81ª Reunião Ordinária da CT-RN - 07/03/2018- 9-13 h.
Pontifícia Universidade Católica de Campinas / PUC – Campinas/SP

(Coordenadoria de Planejamento Ambiental da SMA) que deu uma abordagem pessoal sobre APRM's diferente da que temos conhecimento, salientando a importância da gestão local do território pelo município. Em continuidade o Sr. João Demarchi explicou sobre a Política de Mananciais e seu desafio de empoderar os municípios para darem continuidade e sustentabilidade das ações como protagonistas do processo.

4. Palestra – Municípios assumindo a gestão ambiental de seu território - A experiência de Campinas, SP (item 3 da pauta): A palestra foi motivada e teve como foco a o aprimoramento do Programa II da Política de Mananciais e o fortalecimento dos COMDEMAS para viabilizar e dar sustentabilidade aos programas de PSA implantados no município, bem como integrar as diversas políticas públicas municipais com a política municipal de educação ambiental, Programa Município Verde Azul, e outros. Esse assunto já tinha sido discutido com o Antônio Carlos Bordignon Júnior (CETESB) que havia relatado que as deliberações mais recentes do CONSEMA em municípios que promovem o licenciamento ambiental não exigiam mais que estes conselhos fossem de caráter deliberativo e que o modelo desenvolvido pela SVDS (Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento de Campinas) são um excelente exemplo a ser analisado pela CT-RN. A apresentação da palestra foi realizada pelo Eng. Dr. Paulo Sergio Garcia de Oliveira, diretor da Arborea Ambiental - Planejamento, Projeto e Consultoria Ltda. É ex-secretário Municipal de Meio Ambiente de Campinas, com grande experiência na Secretaria Municipal do Verde e na presidência do COMDEMA de Campinas. O Dr. Paulo Sergio enfatizou que a continuidade dos trabalhos na área ambiental levaram aos avanços de hoje. Iniciou com o histórico da intervenção no córrego São Quirino pela FEAGRI/UNICAMP. Em 1996 compôs a equipe técnica da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Campinas atuando em 3 planos: Gestão da APA de Campinas, 2 – Gestão Urbana do Parque Linear do Capivari e do Plano local de Barão Geraldo Lei 9.199/96 com a proposta da criação do Parque Linear do Ribeirão das Pedras. Em 1997, com a criação da Secretaria de Meio Ambiente de Campinas, o intuito era de que projetos virassem ações práticas. Assim sendo o Parque Linear do Rio das Pedras foi dividido em 23 trechos, para intervenção de empreendedores atuarem por PPP na recuperação de suas margens. Em seu doutorado, utilizando o Parque linear do rio das Pedras como tema trabalhou a drenagem urbana através da preservação e recuperação das matas de APPs hídricas as quais precisam serem precedidas de estudo de macrodrenagem, para não se perder as mudas em enchentes. O Shopping Dom Pedro assumiu grande trecho do parque linear do rio das Pedras e, junto com Ministério Público, foi

feito um reservatório ecológico de contenção de cheias como contrapartida da área impermeabilizada do shopping. Surgiu assim uma várzea urbana de 70.000 m2 para amortecer as cheias. A metodologia, ao invés de lago de retenção prevê planícies de inundação reflorestadas com árvores resistentes à inundações temporárias. Formam-se assim áreas verdes de controle hidrológico para evitar enchentes. O Eng. Paulo sugeriu que na análise de cada empreendimento seja feita a análise da bacia em que se insere e indicadas medidas pelo empreendimento. Verifica-se em áreas públicas a disposição irregular de entulho. No parque linear conseguiu-se recuperar áreas de descarte de entulho colocando-se matacões, grandes pedras, para impedir a entrada de caminhões nessas áreas. Discorreu então dos diversos ordenamentos criados para questão ambiental: Decreto 16973/10 - Licenciamento Ambiental Municipal; Banco de Áreas Verdes – decreto 16974/10 e em seu artigo 13 indica isenção de IPTU da área de APP para o proprietário que tiver a APP recuperada. Foi criado grupo para criação de novas unidades de conservação (UC) em Campinas resultando na criação de três UC's, sendo duas de proteção integral. O licenciamento ambiental (decreto 16973/2010) em seu artigo 2 indica a necessidade de passar novos empreendimentos pelo COMDEMA, sendo que este decreto foi passando por aperfeiçoamentos e indicando a necessidade de um instrumento legal com maior efetividade. Mostrou-se com o tempo que o licenciamento ambiental acabou sendo uma fonte de recursos para área ambiental. A Sra. Claudia da prefeitura de Campinas contou que foi formado um grupo especial com membros do COMDEMA mas que se não houvesse ficha de dotação orçamentária o dinheiro das compensações ficaria parado. O Dr Rodrigo relatou da dificuldade de recuperar APPs nos licenciamentos pois os empresários preferem pagar multas do que plantar e reflorestar. O Dr. Paulo Sergio salientou que antes do plantio há necessidade de diversas medidas para captar recursos para garantir a manutenção deste plantio até a restauração ambiental completa.

5. Palavra aberta e outros assuntos não contemplados (item 4 da pauta): Levantada a questão dos efeitos da implantação da Via Rápida (estadual) para obtenção de licenciamento ambiental e a obtenção destas através do município. Levantou-se a hipótese da CT-RN fazer um convite ao Conselho Gestor do Fundo Ambiental de Campinas para maiores esclarecimentos do seu funcionamento. O Sr. Petrus (Cooperativas de Holambra) apresentou vídeo ainda não finalizado sobre a preservação de nascentes com depoimentos de proprietários rurais do Projeto Nascentes de Holambra que participam da Política de Mananciais no município que também será utilizado no período de realização do Fórum Mundial da Água. Da mesma forma, o Sr. Kaique (Agência de Bacias PCJ) apresentou

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 81ª Reunião Ordinária da CT-RN - 07/03/2018- 9-13 h.
Pontifícia Universidade Católica de Campinas / PUC – Campinas/SP

vídeo produzido pela agência para concorrer aos prêmios do Fórum Mundial da Água, solicitando que todos os presentes visualizem o vídeo e votem. Da mesma forma que o Sr. Nelson Barbosa (Terceira Via - CT-Rural e GT-Mananciais) também fez menção aos seus próprios vídeos também enviados ao Fórum, solicitando também que fossem visualizados e votados. Por fim, o coordenador João Demarchi, como membro do GT de Comunicação da Agência de Bacias PCJ, exibiu cópia ainda não finalizada do comercial produzido pela empresa especializada para ser veiculado na Rede Globo durante o Fórum Mundial da Água. 6. **Encerramento:** às 13 h, não havendo mais nada a ser tratado, o coordenador da CT-RN João Demarchi agradeceu a grande presença dos membros da CT-RN nesta reunião e desejou a todos um excelente retorno, esperando-se que possamos avançar para melhores formas de envolver a comunidade e de desenvolver diversos procedimentos legais que estão sendo implantados no Brasil. **Apresentação Extra no período da tarde (14 - 17 h): "Infraestrutura Natural para Segurança Hídrica no Brasil: Estudo de Caso - São Paulo" -** **Palestrantes:** Rafael Feltran Barbieri (especialista em Infraestrutura natural e Uso do Solo da WRI - World Resources Institute) e Thiago Piazzetta Valente (Estratégias de Conservação da Fundação O Grupo Boticário) com a palestra Segurança hídrica: o papel da governança e implicações aos comitês PCJ. Os palestrantes apresentaram os resultados iniciais que indicam que investimentos em infraestrutura natural (entenda-se aqui florestas e solos) resultam em menor perda de partículas e menor quantidade de sedimentos na água captada para tratamento, resultado em menores custos. Essas tratativas foram feitas visando também entender como os Comitês de Bacias PCJ estão investindo recursos nesta área, culminando com um convite para participação do GT-Mananciais (Comitês de Bacias PCJ) no Fórum Mundial da Água em Painel conjunto com as duas instituições acima citadas.

Henrique Bellinaso
Coordenador-adjunto da CT-RN

Claudia Grabher
Secretária da CT-RN

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Coordenador da CT-RN